

CULTURA, MEMÓRIA E SILÊNCIO: ESTRATÉGIAS E CONQUISTAS DAS TRABALHADORAS DE TECIDOS NA FÁBRICA SANTA CECÍLIA EM FORTALEZA (1987-1992)

JORMANA MARIA PEREIRA ARAÚJO*

Ao folhearmos as páginas dos jornais de grande circulação em Fortaleza da segunda metade da década de 1980 nos defrontamos com manifestações cotidianas de trabalhadores como rodoviários e professores, por exemplo, exigindo um imediato aumento salarial em meio a um processo inflacionário que naquele momento chegava a níveis insuportáveis. Por outro lado, seguem-se também notícias a respeito da “ascensão” feminina junto a propaganda pela construção de “espaços” próprios na sociedade e/ou no mercado de trabalho, a assunção de cargos de chefia em escritórios e empresas onde passariam, em tese, a “igualar-se” aos homens. Esta presença de trabalhadores e de mulheres na escrita do jornal O Povo, por exemplo, são bastante importantes entretanto desafia-nos a caminhar no entrecruzamento destas duas perspectivas: analisar a questão trabalho-mulher deslocando nosso enfoque para o operariado fabril têxtil da Santa Cecília, palco de intrigantes manifestações femininas seja pelo salário seja pelo desejo de equiparar-se aos homens, num outro registro.

Seguimos em busca, portanto, de outras documentações que pudessem trazer uma melhor apreensão acerca de nossas expectativas. Fomos ao sindicato dos trabalhadores têxteis (Sinditêxtil) onde encontramos alguns jornais, panfletos e boletins sindicais da época. Foi lá também que tivemos o primeiro contato pessoal com algumas operárias, hoje aposentadas, que foram convocadas pelo sindicato para negociarem na Justiça uma remuneração ainda pendente, ocasião que nos proporcionou a realização de duas posteriores entrevistas relativas as suas experiências; e finalmente, migramos em busca dos dissídios coletivos¹ encontrados no acervo do Tribunal Regional do Trabalho. Começamos, portanto, analisando algumas características presentes nesta última fonte que tramitou desde 1986 no rol do Judiciário cearense:

¹ Trata-se, aqui, de uma intervenção do Estado mediada pelo Tribunal Regional do Trabalho após a infrutífera negociação entre o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem em Fortaleza e o Sindicato Têxtil (de orientação empresarial) durante as campanhas salariais.

Durante o período de gestação, a empregada terá direito a um (1) dia por mês, de ausência justificada ao trabalho, devidamente remunerado e sem qualquer prejuízo, a fim de realizar exame pré-natal desde que o comprove com apresentação de competente atestado médico.²

Extraído de um documento já julgado pelo Tribunal Regional do Trabalho, o trecho se refere a uma importante “conquista” para as operárias de tecidos de Fortaleza no que trata a assunção, ainda que mínima, de um melhor cuidado com a sua saúde e a do seu bebê durante a gestação. Neste sentido, saúde e trabalho passavam a ser um ponto de diálogo na vida da trabalhadora que, em teoria, não mais teria o seu salário descontado por falta, durante os exames de pré-natal.

Outra importante conquista que se apresenta no mesmo documento é quanto à “estabilidade ao trabalho, durante trinta (30) dias, contados a partir do término da licença maternidade [que] fica assegurada à empregada gestante”. Assim, afirma-se-ia mais um direito trabalhista relativo a questão feminina que não mais se encerra na perspectiva “parcial” de aumento salarial e/ou de reconhecimento social da mulher, trata-se da possibilidade de tornar a trabalhadora mais autônoma, minimizando as demissões por gravidez.

Ainda que estas “conquistas” se materializem nos marcos de uma estrutura documental, teórica, elaborada por uma escrita advinda de um órgão do Estado, o Judiciário, põe-se em questão em que medida estes artigos foram prontamente assumidos pela fábrica Santa Cecília e pelas próprias operárias. Como estas mulheres tiveram acesso as referidas informações, e tendo, como se desenvolveu a apreensão pelas trabalhadoras grávidas ou as que desejassem ter seus filhos à partir destas cláusulas? E quanto a elaboração, apropriação e leitura destas reivindicações referendadas nos panfletos, jornais e boletins sindicais como se desenvolveram? Como se constituíram estas reivindicações até tornarem-se cláusulas nos dissídios coletivos? Quem terá se posicionado a favor da (polêmica?) inclusão de reivindicações femininas que “destoavam” do eixo central das campanhas salariais em torno do aumento remunerativo?

² CEARÁ. Tribunal Superior do Trabalho. Dissídio Coletivo: Processo nº. 00697/86, 7ª. Região. Tramitação: 03/08/1988. Neste caso, a reivindicação adveio do documento emitido ao Tribunal pelo Sindicato dos trabalhadores têxteis.

A reflexão acerca da mulher trabalhadora que aqui nos propomos a analisar emerge num enraizado complexo social e cultural próprio, onde várias questões se relacionam amplamente, afinal tratam-se aqui de mulheres pobres, algumas delas mães, donas de casa, esposas que, ao passarem a trabalhar na fábrica Santa Cecília ocupavam funções de fiandeiras e tecelãs; tão necessárias a exuberância do tradicional setor têxtil cearense e seus empresários. Neste sentido, a apreensão da categoria mulheres no âmbito da história social é por nós apreendida sob uma perspectiva abrangente, onde coadunamos que:

Ainda que definidas pelo sexo, as mulheres são algo a mais do que uma categoria biológica, elas existem socialmente e compreendem pessoas do sexo feminino de diferentes idades, de diferentes situações familiares, pertencentes a diferentes classes sociais, nações e comunidades; suas vidas são modeladas por diferentes regras sociais e costumes, em um meio no qual se configuram crenças e opiniões decorrentes de estruturas de poder. (TILLY, 1994:31)

Pensar e refletir acerca da categoria mulheres na qual nos propomos a analisar nesta pesquisa se faz necessário, pois constatamos um universo feminino que não se enquadra necessariamente no “modelo” noticiado pelo jornal O Povo: a dimensão das reivindicações aqui expressadas no setor têxtil não se acordava com a ânsia de angariar cargos de chefia na fábrica, por exemplo, pois seu tom se reveste numa tentativa de melhor viver, de procurar gerar e “dar a luz” a filhos que pudessem, primeiro, nascer e, nascendo, que se mantivessem saudáveis; gerando a possibilidade de construir sua própria família, seu lar.

As mulheres aqui expostas são aquelas que carregam consigo a cultura da chamada dupla jornada de trabalho (em casa e na fábrica), que utilizam a lógica da produção³ para ampliar seus salários e ajudar nas finanças domésticas, para comprar os alimentos, a vestimenta da família etc. Neste sentido, a categoria mulheres vem dialogar bastante com a dimensão das relações de gênero⁴, afinal em que medida os diálogos e confrontos entre operárias e operários não vieram a se constituir no interior do próprio

³ Para o caso da fábrica Santa Cecília, cada operário (a) recebia um salário-base que podia ser ampliado pela quantidade de produção de fios/ tecidos proporcionados por cada trabalhador (a) durante a quinzena.

⁴ SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. *A Emergência da Pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero*. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v.27, nº 54, p. 281-300. 2007.

cotidiano do trabalho até mesmo, no elencar das reivindicações “mais importantes” a serem referendadas nas negociações?

Na hierarquia dos reclames observados à partir dos panfletos e jornais sindicais “Fio da Meada”, órgão de propaganda entre os têxteis, a questão em torno da remuneração é clara, mas não é única e exclusiva ao operário masculino e feminino. Para uma melhor percepção disto, nos concentramos sobre o boletim informativo de dezembro de 1987, onde seis reivindicações se apresentam em destaque após um questionamento feito ao Sinditêxtil acerca da antecipação de data-base⁵. Numa posição centralizada no espaço do boletim, as reivindicações giram em torno de um acordo prévio: somente se aceitaria tal antecipação se os seis “direitos” abaixo fossem garantidos:

- “1º fim do trabalho aos domingos;
- 2º refeição de boa qualidade em todas as fábricas;
- 3º quatro salários mínimos de referência para profissionais especializados;
- 4º anotações corretas nas carteiras profissionais;
- 5º um salário mínimo (piso nacional) mais 20% para os ajudantes; e
- 6º fim das demissões por sete faltas.”⁶

Nas negociações deste ano podemos observar a existência de amplas reivindicações que giram diretamente em torno de condições de trabalho, diminuição da jornada e, mais enfaticamente, a questão salarial (com duas cláusulas dentre as seis). Esta, por sua vez, ainda que seja imediata, pois coloca em jogo objetividade do viver dos (as) operários (as) - pagar os aluguéis, comprar os alimentos e as vestimentas, dentre outros - destoa das posteriores cláusulas que irão aparecer em torno das questões específicas às operárias grávidas⁷, por exemplo.

Neste boletim, com todas as suas peculiaridades e importância, pouco aponta saídas para as problemáticas femininas das trabalhadoras têxteis: aqui procuro enfatizar questões de ordem cultural e social no que trata ao papel historicamente construído sobre as mulheres, afinal, com quem ficariam seus filhos quando estivessem trabalhando? Na creche, que a fábrica não oferecia? Quem os levariam ao médico

⁵ Ao que parece, referem-se a negociações anuais em torno do eixo trabalho-salário entre os sindicatos dos trabalhadores e sindicato industrial.

⁶ Boletim Informativo. Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fortaleza. Dezembro de 1987.

⁷ Dentre os exemplares de jornais, tem-se: Ano II - Nº. 06. 1988 do Jornal Fio da Meada: Órgão de Informação e Divulgação do Sindicato dos Têxteis.

quando ficassem doentes? Como a operária com sete/oito meses de gravidez poderia realizar seus trabalhos nas idas e vindas ao redor das máquinas de fiação e tecelagem durante horas em pé sem colocar em risco a sua saúde e a de seu bebê? É possível que fossem frequentes casos em que as mulheres perdiam seus bebês durante a jornada de trabalho, afinal por que se encontra presente no processo de dissídio coletivo em anos posteriores a seguinte expressão: “*em caso de aborto não criminoso, a mulher terá repouso remunerado de seis semanas*”⁸. Indago-me em que medida se tornava urgente senão resolver ao menos minimizar estas problemáticas que eram vivenciadas cotidianamente por várias trabalhadoras na Santa Cecília.

Através destas questões, procuramos analisar as mulheres operárias sob este aspecto onde perpassam a dimensão objetiva e subjetiva do ser feminino, e conseqüentemente, possuir uma dimensão própria para a (possível) elaboração de suas reivindicações. Em outros boletins, jornais e panfletos a pauta das mulheres é mais presente o que vem se materializar, inclusive, na elaboração de cláusulas próprias no processo de dissídio coletivo.

Por outro lado, visualizamos que estas “conquistas”⁹ materializadas nas documentações sindicais e judiciárias à medida que são importantes, silenciam todo o processo de elaboração das próprias reivindicações: afinal, no momento em que nacionalmente se coloca à prova a (não) inclusão das pautas femininas na CUT (Central Única dos Trabalhadores), uma das maiores centrais sindicais do país – na qual o Sinditêxtil estava filiado-, em Fortaleza estas questões não somente são ratificadas nas negociações, mas também são conquistadas.

Indagações sobre quem indicou a inclusão deste debate, se tiver havido, até sua transcrição e proposição a ser negociada com os patrões nos põe em xeque a dimensão trabalho (na fábrica e em casa) e sua dimensão sócio-cultural. Além disto, procuramos analisar em que medida era presente a participação feminina nos espaços, aparentemente mais óbvios, de reivindicação como o sindicato da categoria. Neste

⁸ Tribunal Regional do trabalho 7ª. Região. Tramitação: 13.08.90. Tribunal Regional do Trabalho. 7ª Região. Processo TRT nº. 826/90. Espécie: Dissídio Coletivo. Suscitante: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem em Fortaleza. Suscitado: Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem em Geral no Estado do Ceará. Tramitação 13.08.90. Relator: Juiz José Ronald Cavalcante Soares. Revisor: Juiz Euclides Martins de Lima.

⁹ As aspás se insurgem para evidenciar em que medida a teoria se tornou prática, ou seja, os frutos das negociações em torno das questões sobre a trabalhadora foram vivenciados e apropriados no cotidiano? Esta indagação se ocupa no rol dos questionamentos elencados pela própria pesquisa.

sentido, passamos a re-ler as fontes ali emitidas e, em busca de respostas/indagações, fui à procura de vestígios que me pudessem fazer chegar mais próximo do cotidiano do operariado feminino, o jornal sindical “Fio da Meada”.

Lendo e relendo este jornal, observamos que são poucas as linhas destinadas a relatar mais profundamente às questões relativas as trabalhadoras, entretanto tempos depois, passei a observar o seu layout e as caricaturas ali presentes em preto e branco. Observei características que muitas vezes não se encontravam materializadas em palavras, mas sim em imagens. Neste sentido, os jornais relativos a segunda metade da década de 1980 trazem algumas boas imagens para refletirmos acerca de nossa problemática ainda que não nos traga respostas concretas e fechadas:



(Imagem encontrada no Jornal Fio da Meada. Órgão de Informação e Divulgação do Sindicato dos Têxteis. Ano II. N.º 4. 1989)

A imagem acima apresentada traz algumas informações relativas a sua proposição mais imediata: um chamado à assembléia geral da categoria que seria realizada ao final da tarde do domingo na sede do próprio sindicato no mês de abril, quando se iniciavam as negociações com os patrões nos chamados “acordos coletivos” a fim de definir os salários, os direitos e as condições de trabalho. Para isto, o uso da expressão “se unir o bicho foge” se faz importante para definir os interesses coletivos da categoria que se diferenciavam daqueles pertencentes aos empresários.

Entretanto, para além das caracterizações acima evidenciadas a imagem traz bons elementos para a nossa reflexão: se por um lado as mulheres ficam silenciadas quase que permanentemente nos escritos do jornal por outro elas se tornam presentes, mesmo que em pequeno número, nas imagens. Interrogamo-nos em que medida a figura feminina ali em destaque não se coloca enquanto estímulo para que elas participassem

das assembléias, ou mesmo, se o desenho acima já não era um reflexo de uma presença ainda que tímida, constante, de um pequeno número de mulheres nas decisões dos acordos coletivos durante as assembléias¹⁰? De toda forma, faz-se ali presente em meio a uma majoritariedade de rostos masculinos dois rostos de trabalhadoras que, alegremente, unem-se a fim de debater sobre seus interesses relativos ao trabalho nas fábricas têxteis e quem sabe, apontar e defender também as propostas relativas ao gênero.

Esta problemática da qual partimos, não busca de maneira alguma concluir que todas ou pelo menos a maioria das trabalhadoras estavam presentes na elaboração direta das reivindicações femininas, que elas estiveram à frente de todos os conflitos e mobilizações, que eram portadoras de vozes altivas e sempre atuantes, pelo contrário. Não desconsideramos que os silêncios presentes nas fontes quanto a experiência feminina podem sim estar relacionados a uma grande ausência feminina nos espaços de elaboração das reivindicações como as assembléias, por exemplo. Mas achamos importante também problematizar os indícios dessa participação feminina enquanto sujeitos históricos das reivindicações não apenas salariais, que também lhes eram importantes, mas também de questões relativas ao gênero.

Assim, passamos a investir no recurso advindo com depoimentos orais onde entrevistamos, inicialmente, Teresinha Alves em sua própria casa localizada numa antiga vila operária, próxima a fábrica Santa Cecília. Ela prontamente se dispôs a falar de sua trajetória na fábrica que se iniciou década de 1960 onde a viu passar por grandes transformações desde o maquinário que ficou “mais moderno” até as condições de trabalho que foram “melhorando” devido às novas máscaras de proteção e aos novos aparelhos de limpeza do maquinário.

Mas Teresinha recorda também dos dias mais “tumultuados” na fábrica, onde ela diz ter visto durante os seus anos de trabalho na Santa Cecília várias paralisações, com os operários reivindicando na porta da fábrica. Ainda reafirmando a todo instante que nunca participou destes “movimentos” Teresinha fala na atualidade destes acontecimentos no qual a participação feminina se faz constante:

¹⁰ Ainda que não descaracterizemos a importância das assembléias da categoria na elaboração das pautas a serem negociadas, procuraremos ao longo da pesquisa outros espaços e temporalidades para pensar este processo de elaboração necessário para a materialização nos documentos judiciais ou mesmo de negociação.

Também tinha mulheres [na greve], que eram fogo ali. Elas tinham raiva por que a gente entrava [na fábrica para trabalhar] e elas ficavam ali tudo com raiva porque a gente entrava.

[Elas] chamavam a gente de babão, puxa saco. Aí dizia assim: tu ta puxando o saco pra ir trabalhar, quando terminar a greve vocês são os primeiros que sai, os primeiros que vão ser botados pra fora, [os patrões] não vão não reconhecer o que vocês tão fazendo.¹¹

A atuação das mulheres que aqui ela destaca se realizava num momento em que os (as) operários (as) paralisaram suas atividades devido ao atraso da quinzena salarial, neste íterim, Teresinha se lembra dos (as) trabalhadores (as) que xingavam aqueles (as) que “furavam” a greve retornando ao trabalho, o que a incluía. Ela ainda enfatiza em seu depoimento a atuação das grevistas afirmando serem elas “fogo”, ou seja, eram bastante vociferantes e críticas naquele processo.

Esta entrevista, ainda que destoante de toda a documentação por nós adquirida traz a possibilidade de analisar um depoimento bastante rico e conflituoso: se por um lado as operárias paralisaram a produção de tecidos unindo-se aos operários na reivindicação da quinzena, por outro, a operária que mesmo diante do atraso no salário continuou trabalhando mesmo sob o risco de um dia também ser demitida, sendo taxada de forma negativa pelos (as) trabalhadores (as) manifestantes.

Antes de encerrar as possibilidades analíticas deste depoimento, faz-se presente observamos os conflitos e/ou conjunções acerca da memória. Aqui, Teresinha apesar de ser trabalhadora e de ter também seu salário atrasado continua trabalhando sob o discurso de que “eu não podia correr o risco de ser demitida, eu não tinha mais pai e mãe pra me sustentar”. Entretanto, seu discurso vai se modificando ao longo da entrevista. Num momento seguinte ela afirma:

Às vezes eles [os trabalhadores] faziam greve lá mesmo, dentro do trabalho. Se eu chegasse a máquina tivesse rodando eu continuava trabalhando. Mas um dia eu cheguei já tava perto de completar outra quinzena e a gente não recebia. Faltava uns sete dias pra completar outra quinzena e a gente num tinha recebido a primeira. Aí quando eu cheguei as máquina tava tudo parada, aí eu também não voltei pro trabalho não, eu fiquei parada também. Fui, me encostei lá no caixão, tinha uns caixão que botavam aquele trabalho que a gente fazia, aquelas espula, tudo ali, no caixão. E eu fiquei encostada ali. Aí o Eudes, que era supervisor me disse assim:

“Dona Teresa a senhora não vai trabalhar?”

¹¹ Depoimento da operária têxtil Teresinha Alves. Operária, hoje aposentada, da fábrica Santa Cecília. Entrevista realizada em sua residência localizada numa antiga vila ligada a própria fábrica, atualmente fechada.

[Teresinha]: Não vou não.

[Supervisor Eudes]: “Por que que a senhora não vai?”

[Teresinha]: Eu, porque eu num vou. Se eu tivesse chegado, a máquina tivesse rodando eu ia, mas parada eu num vou trabalhar não. Elas [as demais operárias] ficavam tudo parada ali perto de mim, aí ele dizia assim:

[Supervisor Eudes]: “Se a senhora for trabalhar elas vão também”.

[Teresinha]: Bom, se elas quiserem ir vão, eu é que não vou. Se elas quiserem...

[As demais operárias diziam]: “Ah, se a senhora não for eu também não vou...”.

Aí eles ficavam tudo ali. Quando era na hora...O gerente só chegava 8 hora. Aí lá se vem o gerente. Aí ele chegou e disse assim:

[Gerente]: “Dona Teresa a senhora não vai trabalhar?”¹²

Esta fala da operária Teresinha foi adquirida após um longo depoimento onde havia um apreço pela “lógica” do trabalho e do funcionamento corrente da fábrica, em detrimento das greves. Como vimos, é um depoimento muito rico, no qual se apreende um universo de experiências vividas por Teresinha e demais colegas de trabalho num mesmo setor da Santa Cecília no momento da troca de turnos, ou seja, à medida que a turma de trabalhadores da noite permanecia com as máquinas desligadas até as seis horas da manhã.

Sendo este o horário da “primeira turma” do dia, havia uma preocupação pelos dirigentes da Santa Cecília e, ao mesmo tempo, uma pressão estratégica pelos (as) trabalhadores (as) no que trata à continuidade da paralisação. Desta forma quem também ia chegando pela manhã permanecia com as máquinas desligadas, paralisando todo o processo de fiação e de tecelagem, até que fosse resolvido o problema do pagamento da quinzena salarial.

¹² Depoimento de Teresinha Alves. Em nenhum outro documento encontramos referência a esta paralisação por atraso da quinzena salarial. Entretanto, encontramos denúncias relativas a outras remunerações não efetuadas pela fábrica, tais como esta sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço: “As Empresas Santa Inês, Santa Cecília, Thomaz Pompeu e Bravo não estão depositando o FGTS, estão infringindo a Lei, é falta de compromisso com os Trabalhadores, é falta de vergonha, é roubo.” Para ler sobre isto, ver: Jornal Fio da Meada. Ano II. Nº. 4. 1989. Já nesta outra denúncia é dito: “alguns patrões já começaram a pagar a diferença salarial [...], no entanto, os que já começaram a pagar, cometeram vários erros e ficou faltando muito dinheiro para os trabalhadores”. Ver jornal Fio da Meada, sem referência, 1987.

Neste momento do depoimento de Teresinha, a espontaneidade própria da oralidade localiza uma relação íntima com a experiência da operária que se traduz na demarcação de interesses entre os (as) trabalhadores (as) e os empresários à medida que os compromissos financeiros extra - fábrica passavam a ser sinalizados: o pagamento do aluguel, dos alimentos e demais compromissos.

Concomitantemente a isto, podemos observar a relação entre a regularidade no trabalho por parte de Teresinha e as tentativas de negociação pelo supervisor da produção naquele momento e, posteriormente, pelo próprio a fim de convencê-la no retorno a sua função junto às máquinas, estimulando as demais companheiras de trabalho a fazerem o mesmo¹³.

Esta entrevista com Teresinha Alves à medida que nos auxiliou nos primeiros passos da pesquisa sobre a experiência, os conflitos e acomodações das operárias vem, em muito, estimular-nos a dialogar com uma história do trabalho que possa ser cada vez mais problematizadora ampliando suas possibilidades de análise, minimizando o impacto de uma historiografia que preza exclusivamente por uma caracterização sobre o empresariado e suas “conquistas”, tão presente na história local. Por outro lado, passamos a nos interrogar em que medida as operárias, que em algumas fábricas compuseram uma mão-de-obra majoritária junto a fiação e tecelagem, utilizaram-se da altivez feminina na conquista por direitos que lhes são específicos enquanto mulheres que engravidam, que não tinham muitas vezes com quem deixar os seus filhos durante as oito horas de trabalho, que ao chegarem em casa iniciavam a jornada “culturalmente concebida” no trato com as crianças, seus companheiros e o serviço doméstico. Em que medida as problemáticas cotidianas destas mulheres saíram de um aparente silêncio revertendo-se em reivindicações para melhorar as suas condições de vida e de trabalho? Se suas reivindicações estavam presentes nos documentos de dissídio coletivo junto ao Tribunal Regional do Trabalho, quem sabe se não foram elas mesmas os sujeitos deste processo?

¹³ Portelli compreende que num momento de silêncio como este de Teresinha: “a metodologia da história oral, em que as pessoas não revelam informações sobre elas mesmas a menos que queiram, [é] porque [isto] está baseado na luta por igualdade e na busca do diálogo, significa também uma defesa dos direitos das pessoas de não revelar tudo a respeito delas próprias.” Para ler sobre isto, ver: PORTELLI, Alessandro. *Memória e Diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswald Cruz/CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000.

POLÍTICA, EMPRESÁRIOS E TRABALHADORES: ALGUNS (DES)ACORDOS.

Neste contexto de elaboração das pautas referentes a remuneração e/ou melhores condições de trabalho¹⁴, operadas nos processos de dissídio coletivo e jornais sindicais, procuramos realizar um apanhado geral acerca de alguns conectivos referentes a elaboração desta pesquisa; neste sentido, faz-se necessário uma amplo diálogo entre sujeitos, cotidiano, família, trabalho, sindicato e fábrica. O completo isolamento de qualquer um destes elementos impossibilitaria uma apreensão mais coerente das problemáticas em torno da relação entre as operárias e o contexto de suas experiências, seja no âmbito do trabalho ou fora deste. Neste caso, também caracterizamos que a fábrica Santa Cecília além de não estar isolada de todo um complexo estrutural com relação às demais fábricas cearenses, ela estava intrinsecamente ligada aos representantes do Estado, que naquele momento já lhe fornecia uma forte base de incentivos político-financeiros para que continuasse investindo em maquinários e contratando/mantendo a barata mão-de-obra local.

Esta relação entre indústrias têxteis e o Governo Tasso, por outro lado, nem sempre foi tão pacífica assim. O jornal O Povo, por exemplo, ao centrar suas notícias sobre o aspecto da indústria no que trata aos empresários, seus maquinários e investimentos aponta em um de seus exemplares um conflito entre o grupo Unitêxtil, do qual a Santa Cecília faz parte e o Governador eleito:

[A Unitêxtil] reclama que para novos investimentos não faltam água, energia e as condições de infra-estrutura, mas não existe energia para a ampliação e modernização de uma empresa quase centenária, que emprega, diretamente, quase 2.500 pessoas no Ceará...¹⁵

Observamos aqui a existência de uma “natural” intervenção Estatal sobre os negócios têxteis garantindo que os mais diversos aspectos relativos à produção e ao lucro fossem concretizados no cotidiano. Entretanto, ainda que fosse presente este incentivo estrutural, ele era ínfimo frente às pretensões e ousadia da Unitêxtil precisava

¹⁴ SALES, Telma Bessa. *Tecelões de Histórias: trabalhadores têxteis e a greve de 23 dias*. Anais da Anpuh. ISSN: 2176-2155. 2009. Págs. 10 e 11.

¹⁵ Jornal O Povo de 28/06/1987.

ser rapidamente garantidas nem que para isto fosse preciso apelar para as negociações e ameaças perante a imprensa e a população cearense.

Apesar de não ser apontadas quais das indústrias necessitavam urgentemente desta ampliação estrutural, a Santa Cecília em meio as três outras “Santas” do grupo Unitêxtil, também podia estar aqui incluída entre as fábricas que somavam os mais de 2.000 trabalhadores (as) ligados ao grupo – números que serviam de argumento à pressão política ali feita.

Observamos que ao final do curto período de idas e vindas (menos de uma semana) nas negociações, a reivindicação da Unitêxtil foi acatada pelo “Governo das Mudanças” que veio ampliar sua cota energética logo em seguida:

O secretário da Indústria e Comércio, Francisco Ariosto Holanda, cumprindo determinação do governador Tasso Jereissati, autorizou à Coelce a fornecer, a partir de hoje, mais 600 mil quilowatts/mês de energia elétrica à Unitêxtil, garantindo, assim, o funcionamento regular da empresa. (...)

(...) Para aumentar sua linha de produção – 3 milhões de metros lineares de tecidos lisos e estampados por mês – a Unitêxtil precisa colocar em funcionamento mais 156 máquinas, já adquiridas mas não instaladas por falta de energia regular. Das 240 novas máquinas adquiridas pela Unitêxtil, um total de 84 já estão em funcionamento, garante Carlos Pinheiro.¹⁶

Esta “concessão” materializada através da autorização dada a Companhia Energética do Ceará (COELCE) pode ter evitado a transferência das fábricas do grupo Unitêxtil para outras regiões além de ter mantido a média dos 2500 de seus funcionários, alegados. Intriga-nos, porém, duas questões para este contexto: uma é relativa à indústria cearense que estava se reerguendo (como apontam a larga compra de novos maquinários) perante a forte crise econômica que veio abalar o setor desde os fins dos anos de 1970 que, ou foi prontamente superada com a entrada de Tasso; ou o Grupo Unitêxtil (inclusive a Santa Cecília) teve uma história construída à contracorrente da crise sendo financiada pelos seus próprios empresários. Estas nos são questionamentos importantes que deverão ser melhor apreciados no decorrer da pesquisa.

Uma outra questão, porém refere-se a dimensão do trabalho, pois se havia a necessidade de ampliar a produção através de uma maior absorção energética para os novos maquinários quem seriam os “alvos” diretos responsáveis por ligar estas novas

¹⁶ Jornal O Povo de 01/07/1987.

máquinas e de lidar com as antigas para produzir os tais tecidos “lisos e estampados” senão fiandeiros (as) e tecelões (ãs) domingos adentro, como afirma o próprio jornal O Povo: “a Unitêxtil, além de funcionar ininterruptamente o dia anterior, ainda [trabalhava] aos domingos.”¹⁷

Ainda que não fosse a intenção deste periódico, de grande circulação em Fortaleza, “denunciar” esta abusiva prática extenuante de trabalho a frase acabava por se materializar numa terrível perda do descanso dominical junto aos passeios à igreja, à casa dos parentes, aos barzinhos ali do bairro mesmo para jogar conversa fora, dentre outras possibilidades de vida e sociabilidade destes trabalhadores. Como seria para a operária perder o dia de colocar a casa em ordem, de lavar e engomar a roupa do marido e filhos, de dormir até tarde no único dia de “descanso”? Apesar de serem aqui elencadas várias questões que se põem ainda no campo da especulação, sabemos que estes homens e mulheres também possuíam práticas para além do trabalho, também buscavam se divertir nas suas horas vagas, também viviam.

Enquanto hipótese, indagamos em que medida estes questionamentos propostos por nós acima não partiram também dos próprios trabalhadores ao lutarem irremediavelmente “pelo fim dos trabalhos aos domingos”, reivindicação quase primeira na primeira grande greve realizada pelos têxteis ao final desta década - já apontado no boletim sindical da página 04.

De toda forma, após a “greve dos 23 dias”, as fábricas acabaram ganhando mais este dia dos (as) operários onde se negociou a manutenção deste dia de trabalho que agora passava a ser realizado através da prática do revezamento. Ainda sob este aspecto, indagamo-nos em que medida a retirada do direito a ampla folga dominical pelos (as) trabalhadores (as) não fora alcançada através da aliança entre industriais têxteis e Governador Jereissati? A resposta propriamente dita para esta questão não temos, por outro lado, alguns indícios advindos de um boletim do Sinditêxtil apontavam alguma “unidade “entre ambos:

Aqui mesmo em Fortaleza, a polícia do Sr. Tasso Jereissati foi usada não para proteger os trabalhadores da exploração de que são vítimas por parte dos capitalistas proprietários da Fábrica Santa Inês, pertencente ao Grupo UNITEXTIL, mas para proteger o patrimônio desse grupo reprimindo

¹⁷ Jornal O Povo de 28/06/1987. O ritmo produtivo realizado no interior da fábrica Santa Cecília assim como em outras fábricas em Fortaleza onde se realizavam trabalhos durante os três turnos diários além dos domingos, estava em discussão pelos grevistas têxteis de 1988.

violentamente a manifestação que estava sendo realizada por operários daquela fábrica, chegando ao absurdo de deter vários manifestantes, dentre os quais o presidente do Sindicato, Antônio Ibiapino. Isso sem falar na repressão absurda contra os companheiros de comunidades que foram ao Cambeba, na luta por trabalho, moradia e outras reivindicações.¹⁸

A escrita do Sindicato aponta um grande ressentimento para com o Governador diante da repressão aos trabalhadores de uma das fábricas do grupo Unitêxtil. Apesar de não termos precisamente o mês deste ocorrido em 1987, apontamos uma reflexão acerca do que estava ali em jogo - o lucro dos empresários por um lado, e a tranquilidade de Tasso Jereissati de outro no que trata a emergência da criação e manutenção de empregos – ainda que isto se sobrecarregasse sobre uma mão-de-obra que vivia sob péssimas condições de trabalho que, ao tentar mudar sua situação, era duramente reprimida.

Os confrontos que se processam entre estas duas classes sociais não se estabilizavam ali, pelo contrário. No ano seguinte se desencadeia um fato de grande importância materializado numa greve que se processaria durante 23 dias na categoria dos trabalhadores têxteis, que potencializaria ainda mais o conflito ali existente:

Neste dia nove de maio, durante a manifestação organizada pelo sindicato em frente à fábrica, houve confronto com os policiais. Esta não foi uma manifestação como as que já haviam acontecido, com discursos, passeatas, bandeiras da Central Única dos Trabalhadores (CUT), pois o confronto entre trabalhadores e policiais, causou alteração na organização da polícia. [...] Seu discurso[através da entrevista com o operário Tarcísio Araújo] é de que [ele] consegue correr e não é atingido por cassetetes, balas de borrachas e gás lacrimogêneo, que dispersam os trabalhadores.¹⁹

O desenvolvimento desta paralisação em maio de 1988 teve uma grande repercussão entre os operários assim como também entre os policiais, pois a repressão fora bastante violenta sobre os trabalhadores, que reivindicavam dentre outras questões, o fim do trabalho aos domingos, a estabilidade para mulheres pós- parto e aumento salarial. (SALES, 2009, p. 10)

Mesmo sendo esta última a principal reivindicação do movimento grevista naquele momento, a assistente social Oliveira (1989, p. 26) compreende que “no plano da consciência do operariado” a greve fora reflexo das problemáticas vivenciadas por

¹⁸ Boletim Informativo. Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fortaleza. Dezembro de 1987.

¹⁹ SALES, Telma Bessa. *Tecelões de Histórias: trabalhadores têxteis e a greve de 23 dias*. Anais da Anpuh. ISSN: 2176-2155. 2009. Págs. 10 e 11.

esta mão-de-obra que “iniciou a denúncia e a luta contra a política econômica fundada na superexploração do trabalho, na extenuante e intensificada forma de exploração de sobretrabalho, pois teve como causalidade fundante a precariedade das condições de salário e trabalho.”²⁰

A realização desta greve se fez em meio a grandes embates entre trabalhadores e seus patrões, onde o apoio do Governo Tasso é bastante peculiar ao setor empresarial, de onde ele vem. Entretanto, para nós a emergência das paralisações, das reivindicações e das “conquistas” nos proporciona indagações acerca da produção de uma documentação que aponta para um caminho que coaduna estas exigências “mais imediatas” pelo aumento salarial e melhores condições de trabalho assim como elementos que não excluem a mulher diante de uma dinâmica contextual onde a pauta feminina estava na ordem do dia, ainda que sob um corte social.

BIBLIOGRAFIA

AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e Abusos da História Oral*. (coordenadoras). 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ARAGÃO, Elizabeth Fiúza. *O Fiar e o Tecer: 120 anos da indústria têxtil no Ceará*. Fortaleza: SINDITÊXTIL/FIEC, 2002.

BONFIM, Washington Luís de Sousa. *De Távora a Jereissati: duas décadas de política no Ceará*. In: *A Era Jereissati: modernidade e mito*. ARRUDA, José Maria; PARENTE, Josênio (org.) – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP. 2ª Edição: 1994.

CAVALCANTI, Rafael Rabelo. *“Está Chegando a Hora da Onça Beber Água”*: o processo eleitoral de 1986 no Ceará e a consolidação dos “jovens empresários” enquanto classe. Fortaleza, CE: Monografia em história. Universidade Estadual do Ceará, 2008.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Cotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FRANÇOIS, Etienne. A Fecundidade da História Oral. . IN: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*. (coordenadoras). 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

²⁰ OLIVEIRA, Maria Evânia. *A Greve dos Têxteis em Maio/88 e sua Repercussão no Plano da Consciência do Operariado*. Monografia Serviço Social. UECE Fortaleza. Ceará 1989. Pág. 26

HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Editora Paz e Terra. 1970.

HOBBSAWM, Eric J. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

LINDEN, Marcel Vander. *História do Trabalho: o Velho e o Global*. Revista Mundos do Trabalho, vol. 1, n. ° 1, jan - jun de 2009.

MUNIZ, Altemar da Costa. *Trajetórias de Vida, Espaços de Sociabilidade e Projeto Político da Burguesia “Mudancista” Cearense (1978-1986)*. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ/IFCS, 2007.

OLIVEIRA, Maria Evânia. *A Greve dos Têxteis em Maio/88 e sua Repercussão no Plano da Consciência do Operariado*. Monografia Serviço Social. UECE Fortaleza. Ceará 1989.

PERROT, Michelle. *As Mulheres ou os Silêncios da História*. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PORTELLI, Alessandro. *Memória e Diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswald Cruz/CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SALES, Telma Bessa. *Tecelões de Histórias: trabalhadores têxteis e a greve de 23 dias*. Fortaleza: Associação Nacional de História, 2009. CD-ROM.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. *A Emergência da Pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero*. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v.27, nº 54, p. 281-300. 2007.

LESSA, Sérgio. *Trabalho e Proletariado no Capitalismo Contemporâneo*. – São Paulo: Cortez, 2007.

THOMPSON, E.P. *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Zahar Editores S.A. 1981.

TILLY, Louise. *Gênero, História das Mulheres e História Social*. In: *Cadernos Pagu: desacordos, desamores e diferenças*. Publicação Pagu – Núcleo de Estudos de Gênero/ UNICAMP, Campinas, São Paulo. Número 3. 1994.